



Comunicação Oral

## A DIMENSÃO PEDAGÓGICA NAS LICENCIATURAS EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS<sup>1</sup>: MAPEAMENTO DAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS PAULISTAS

Patrícia FÉBOLI (UEMS – Paranaíba/CAPES)<sup>2</sup>

Andréia Nunes MILITÃO (UEMS – Paranaíba/PGEDU)<sup>3</sup>

**RESUMO:** O presente trabalho integra pesquisa em desenvolvimento vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, inscrita na Linha de Pesquisa “Currículo, Formação Docente e Diversidade” que tem como objeto de investigação a configuração das licenciaturas em Ciências Biológicas ofertadas por cinco universidades públicas paulistas. Está organizada em torno dos seguintes objetivos: analisar a normatização federal e estadual sobre a formação inicial de professores; identificar o lugar dos conteúdos/disciplinas de caráter pedagógico nas diferentes licenciaturas; analisar se disciplinas de caráter pedagógico contempla a formação do docente para atuação nos diferentes níveis e modalidades. Com abordagem qualitativa e delineamento descritivo-explicativo, a pesquisa tem como procedimentos metodológicos: pesquisa bibliográfica e pesquisa documental. Ao mapearmos a oferta de licenciaturas em Ciências Biológicas por universidades públicas situadas no estado de São Paulo, localizamos dois cursos na modalidade Licenciatura/Bacharelado ofertado pela USP, sete cursos de Licenciatura e um de Licenciatura/Bacharelado ofertados pela UNESP e um curso de Licenciatura ofertado pela UNICAMP. Deste levantamento, selecionamos as licenciaturas em Ciências Biológicas da USP para apreciação. A análise dos dados nos permite concluir que os cursos de licenciatura ofertados pela por esta instituição estão configurados no modelo “3 + 1”, onde bacharéis tornam-se licenciados com o cumprimento de cargas horárias extras, necessárias e obrigatórias para o aluno obter o diploma de licenciatura, não havendo assim, qualquer articulação entre as disciplinas de formação específica e a formação pedagógica, resumindo-se ao preenchimento da carga horária exigida por lei.

<sup>1</sup> O termo designado para cursos de licenciatura “Biologia e Ciências Biológicas” é tido como sinônimo, ou seja, são termos diferentes que possuem o mesmo significado.

<sup>2</sup> Mestranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul, Unidade de Paranaíba. E-mail: [patriciafeboli@hotmail.com](mailto:patriciafeboli@hotmail.com)

<sup>3</sup> Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul, Unidade de Paranaíba. E-mail: [andreiamilitao@uems.br](mailto:andreiamilitao@uems.br)



**PALAVRAS-CHAVE:** Formação Inicial de Professores. Dimensão Pedagógica. Licenciatura em Ciências Biológicas.

## **INTRODUÇÃO**

O presente trabalho tem como objetivo precípua analisar a partir dos normativos legais os cursos de Licenciatura em Ciências Biológicas. Almeja, desta maneira, discutir e analisar propostas de formação de professores de Ciências Biológicas localizados no estado de São Paulo e ofertados por diferentes universidades públicas. Centra-se, especialmente, na análise da operacionalização e funcionamento dos cursos, bem como na análise da estrutura curricular dos mesmos.

A questão que permeia a presente proposta procura responder: Qual é o lugar da dimensão pedagógica nas licenciaturas em Ciências Biológicas? Tem como hipótese que as licenciaturas são atravessadas por currículos próprios dos cursos de bacharelado. A metodologia que percorre a pesquisa em tela elege a análise documental, selecionando para tanto documentos oficiais, tais como: Projeto Pedagógico dos Cursos, Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação de Professores, dentre outros.

O trabalho está organizado em duas seções. Na primeira, discutimos a formação de professores enquanto campo de conhecimento, situando o lugar da formação de professores da área de Ciências Biológicas. Na segunda seção, apresentamos e discutimos os dados oriundos da pesquisa documental sobre as licenciaturas em Ciências Biológicas da USP.

## **1. A FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES EM ANÁLISE**

Prevalece em meio as licenciaturas a contenda entre disciplinas pedagógicas e disciplinas por área do conhecimento, aspecto que confirma a disputa de concepções sobre o campo da formação de professores. No interior das diversas licenciaturas há uma tendência de privilegiar as disciplinas “específicas” em detrimento das disciplinas “pedagógicas”. O desprestígio da dimensão pedagógica



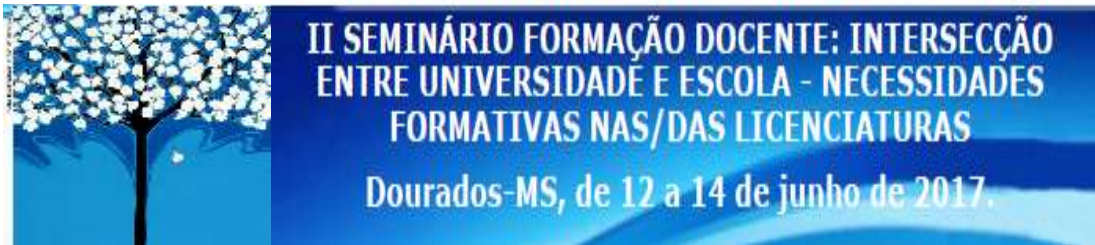
passa por questões que envolvem: quantidade de disciplinas/horas destinadas para cada um desses eixos, o lugar na estrutura curricular/série/ano/semestre a serem ofertadas as disciplinas de caráter pedagógico, qual dia da semana será ministrada, qual docente irá ministrá-la (efetivo, contratado) dentre outras particularidades.

Conquanto tenhamos uma profusão de pesquisas sobre o campo da formação de professores, somados a avanços no âmbito da legislação parece-nos que estes não têm influenciado fortemente a elaboração das propostas curriculares das licenciaturas em geral.

A presença de disciplinas denominadas “pedagógicas” nas grades curriculares das licenciaturas constitui um marco diferencial com os cursos de bacharelado. Tais disciplinas se constituem no aporte para preparação para o exercício do magistério. Integra, dessa maneira, o currículo com o objetivo de priorizar a formação para docência, dando embasamento teórico necessário para futuros professores.

Ao historiarmos os primeiros cursos de nível superior no Brasil, localizamos que os mesmos eram cursos de formação de bacharéis, com a inclusão do denominado “Modelo 3+1”, onde bacharéis tinham a possibilidade de continuar um ano na universidade, espécie de complementação, para que pudessem obter o diploma de licenciatura. Como a implementação do modelo não alcançou resultados satisfatórios, as mudanças se deram no que se tem hoje, cursos de Licenciatura e cursos de Bacharelado, diferentes quanto ao currículo e ao exercício profissional.

Porém, ainda hoje é discutido a implementação e validação das disciplinas pedagógicas como principal base para formação de professores, contestando ou defendendo seu real valor. Sendo assim, questionamos neste trabalho qual a função que tais disciplinas acrescentam para formação de docentes para o magistério? Com base neste questionamento, o trabalho debruça-se sobre o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas ofertados pela USP visando problematizar o lugar das disciplinas pedagógicas.



Gatti e Nunes (2009, p.135) reforçam que ainda não se viu uma articulação entre as disciplinas de formação específica (conteúdos da área disciplinar) e a formação pedagógica (conteúdos para a docência).

Nesta perspectiva, Castro destaca que:

[...] os professores aprendem pouco do conteúdo, quase nada de como manejar uma sala de aula e gastam muito tempo com teorias pedagógicas e ideologia. [...] na maioria dos cursos para formar professores, há uma presença excessiva de teorias pedagógicas e de concepções do mundo. [...] o professor não aprende o que deverá ensinar e não aprende como fazê-lo. Os professores dos professores têm diplomas de pós-graduação, mas, em sua maioria, jamais ensinaram o que os alunos irão ensinar. Diante disso, os professores entram em sala de aula sem a devida preparação (CASTRO, 2009, p. 161).

As mudanças vêm sendo colocadas em prática e impactando as universidades por meio de Leis e Resoluções implementadas. A Resolução CNE/CP nº 1 de 18 de fevereiro de 2002, estabeleceu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena, e a Resolução CNE/CP nº 2/2002 adotou a expressão frisou os diferentes e importantes aspectos entre “prática de ensino” e “estágio curricular supervisionado”, além de reforçar o princípio da articulação teoria e prática na formação de professores, instituindo assim, a duração e a carga horária mínima para os Cursos de Licenciatura.

[...] a questão que realmente afetou a reformulação dos cursos, para implantar a nova legislação, foi a obrigatoriedade de cumprimento de créditos curriculares destinados à realização de atividades de natureza “prática”, decorrente da imposição de uma (inédita) carga horária de 1000 horas destinadas a: 400 horas de “prática como componente curricular”, 400 horas de “estágio curricular supervisionado de ensino”, além de 200 horas de “outras formas de atividades acadêmico-científico-culturais” (DIAS-DASILVA, 2005, p.388).

Se considerarmos os currículos dos cursos de formação de professores, ofertados por diversas instituições, podemos observar que, em um número razoável de instituições, como afirma Gil e Carvalho (1992), a prática de ensino é dada somente sob a forma de Estágio Supervisionado, colocando-se então ideias, no mínimo simplistas, por trás destas grades curriculares: a primeira é a de que ensinar é muito



fácil, basta saber o conteúdo e ter um mínimo de teoria pedagógica; a segunda espelha a crença de que um aluno sozinho, dando sua primeira aula, possa fazer toda a síntese de conteúdos transmitidos durante quatro anos de faculdade (CARVALHO; VIANNA, 1988, p.143-147); a terceira mostra o desconhecimento de toda uma área do saber, desenvolvida nestas últimas três décadas - a pesquisa em ensino de conteúdo específicos - e que é fundamental para a formação de professores. Negando-se então, qualquer relação entre teoria e prática.

Desta forma, Carvalho conclui que:

Não existe em nenhuma grade curricular de nenhum curso de formação de professores um espaço para que os alunos exercitem relação teoria/prática/teoria nos conteúdos pedagógicos. Pensar que esses conteúdos não têm produção de conhecimento, que são estáticos e que possam ser simplesmente transmitidos absorvidos de uma maneira direta pelos futuros professores é no mínimo, ignorar a produção acadêmica de todas as faculdades de Educação (CARVALHO, 1992, p.61).

Com a incessante busca pelo aperfeiçoamento na formação inicial de professores, após as reestruturações realizadas pelas universidades, baseadas nas Diretrizes Curriculares de 2002, outra nova Resolução é aprovada no país - Resolução CNE/CP n. 2, de 1º de julho de 2015, determinando mudanças nas diretrizes curriculares dos cursos de licenciatura.

Em linhas gerais, no que diz respeito aos cursos de licenciatura plena, a Resolução de 2015 conserva o essencial das Diretrizes Curriculares anteriores, porém, aumenta a carga horária desses cursos de 2.800 horas para no mínimo 3.200 horas. Além disso, em meio a polêmicas no campo, regulamenta algumas vias alternativas de formação de professores no país como, por exemplo, os cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados e os chamados “cursos de segunda licenciatura”. A Resolução de 2015 apresenta ainda as diretrizes para a formação inicial e para a formação continuada de professores com a intenção de articular esses dois momentos do desenvolvimento profissional dos docentes da educação básica (SANTOS; DINIZ-PEREIRA, 2016, p.293).



As normativas nacionais reacenderam velhas disputas no campo da formação docente acerca da natureza dos saberes, dos lugares e dos agentes formadores que devem ser privilegiados nos processos de profissionalização docente. Ao propor uma estrutura curricular com identidade própria para as Licenciaturas e o aumento dos tempos dedicados a conteúdos de cunho pedagógico, mesmo que os reduzindo a uma estreita concepção de prática e saberes de ordem instrumental, as Diretrizes Nacionais implicaram, pelo menos em tese, a ampliação nos currículos do espaço de influência da Pedagogia e das Faculdades de Educação (GARCIA, 2010, p.229-252).

## 2. O LUGAR DA DIMENSÃO PEDAGÓGICA NAS LICENCIATURAS EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS DA USP

A pesquisa documental tem como *corpus* de análise os Projetos Pedagógicos das Licenciaturas em Ciências Biológicas da USP. Inicialmente mapeamos as universidades públicas do estado de São Paulo que ofertam cursos de Licenciatura em Ciências Biológicas e a caracterização de cada um deles de acordo com os seguintes aspectos: 1. Universidade; 2. Modalidade; 3. Período; 4. Localidade; por fim, foi descrito e analisado os dados obtidos através da pesquisa bibliográfica, documental e mapeamento.

O estado de São Paulo conta com três universidades estaduais, onde todas que oferecem cursos gratuitos de graduação em Ciências Biológicas. As Universidades, a saber, USP, UNESP e UNICAMP.

**QUADRO 1 – UNIVERSIDADES MAPEADAS**

UNIVERSIDADE	MODALIDADE	PERÍODO	LOCALIDADE
USP	Licenciatura/Bacharelado	Noturno	Piracicaba
	Licenciatura/Bacharelado	Noturno	São Paulo
UNESP	Licenciatura/Bacharelado	Integral	Assis
	Licenciatura	Integral/Noturno	Bauru
	Licenciatura	Noturno	Botucatu
	Licenciatura	Noturno	Ilha Solteira
	Licenciatura	Noturno	Jaboticabal





	Licenciatura	Integral/Noturno	Rio Claro
	Licenciatura	Integral	São José do Rio Preto
	Licenciatura	Noturno	São Vicente
UNICAMP	Licenciatura	Integral/Noturno	Campinas

**Fonte:** elaborado pela autora (2017).

Como critério de escolha para análise, ao mapearmos a oferta de licenciaturas em Ciências Biológicas por universidades públicas situadas no estado de São Paulo, pode-se perceber peculiaridades exclusivas aos cursos de licenciatura da USP, como por exemplo, o egresso único para curso de bacharelado e licenciatura, onde bacharéis tornam-se licenciados com o cumprimento de cargas horárias extras, necessárias e obrigatórias para o aluno obter o diploma de licenciatura. Tendo como problema de pesquisa, a investigação da dimensão pedagógica nas licenciaturas em Ciências Biológicas, e propondo a hipótese de que as licenciaturas são atravessadas por currículos próprios dos cursos de bacharelado, a escolha da análise da Universidade de São Paulo torna-se pertinente a conclusão dos resultados da pesquisa.

Os cursos de bacharelado em Ciências Biológicas da USP/ESALQ oferecem aos alunos disciplinas básicas na área biológica. Já para cursar a licenciatura, não há vestibular específico, os alunos do curso de bacharelado em Ciências Biológicas podem inscrever-se, paralelamente, em disciplinas para obter o grau de licenciado, tais como: Introdução aos Estudos da Educação, Política e Organização da Educação Brasileira, Psicologia da Educação, Didática, Metodologia do Ensino em Ciências Biológicas. Os alunos ingressam na universidade pelo vestibular da FUVEST. Cabe destacar que recentemente, em 2017, a universidade abriu vagas para ingresso via Sisu.

Na unidade de Piracicaba, as disciplinas destinadas à formação de professores são nomeadas como “disciplinas de formação pedagógica”, estando presentes no currículo obrigatório e eletivo a partir do 4º semestre. Já na unidade de São Paulo, as



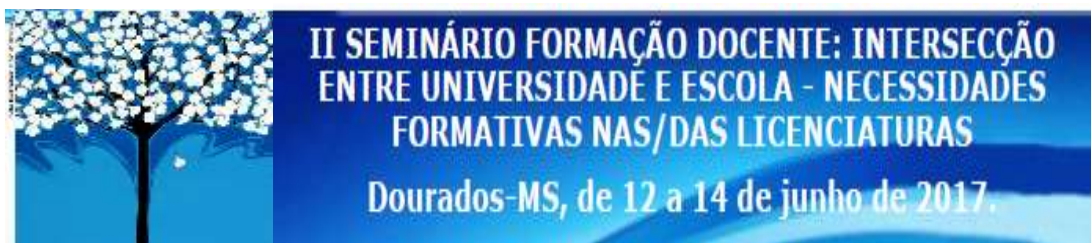
disciplinas são referidas e alocadas como “Blocos formativos previstos no Programa de Formação de Professores da USP” a partir do 7º semestre do curso.

#### QUADRO 2 – PPC DOS CURSOS INVESTIGADOS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

PPC	USP-PIRACICABA	USP-SÃO PAULO
Identificação	Projeto Político Pedagógico	Projeto Pedagógico
Turno	Noturno	Noturno
Ano de implementação	2015	-----
Duração (Semestral/Anual)	10 semestres	12 semestres
Número de vagas	30	60
Tipo de egresso	FUVEST/SISU	FUVEST/SISU
Perfil profissional do egresso	Acesso a uma formação meramente técnica, a construção da autonomia será almejada e avaliada em sua capacidade de propor e desenvolver aulas, utilizando instrumentos e metodologias diferenciadas, tendo as necessidades de aprendizagem do aluno e a escola como norteadores de sua prática.	O licenciado em Ciências Biológicas deverá ser consciente de sua responsabilidade como educador, nos vários contextos de atuação profissional; um educador capaz de intervir no processo de ensino – aprendizagem consciente de seu papel na formação de cidadãos.
Concepção e composição do estágio	<b>Disciplinas que se referem ao Estágio Curricular Supervisionado (400h):</b> 1. Estágio Curricular em Licenciatura – 105h 2. Instrumentação para o Ensino de Ciências Biológicas – 60h 3. Metodologia do Ensino em Ciências Biológicas I – 90h 4. Metodologia do Ensino em Ciências Biológicas II – 150h	<b>Disciplinas que se referem ao Estágio Curricular Supervisionado</b> 1. Estágio Supervisionado em Ensino de Biologia 2. Estágio com Pesquisa em Ensino de Biologia
Concepção de prática como componente curricular	A Prática como Componente Curricular está presente nas disciplinas de conteúdo pedagógico. As disciplinas contemplam a prática como componente curricular no conjunto de seus créditos, não se diferenciando em créditos aula ou trabalho, atribuído especificamente por sua realização. A critério do docente responsável, incluem: planejamento de projetos a serem desenvolvidos junto a alunos da educação básica; estudo, análise e	Elas encontram-se distribuídas nas seguintes disciplinas: <b>Obrigatórias:</b> 1. Fauna, Flora e Ambiente - 45 horas 2. Introdução ao Ensino da Biologia - 45 horas <b>Optativas:</b> 1. Estratégias e Instrumentos Educacionais para o Ensino de Ciências e Biologia - 45 horas 2. Princípios e Técnicas de Educação Ambiental Aplicados à Atividade de







	<p>produção de materiais didáticos, experimentos e jogos didáticos; participação ou proposição de eventos educativos, atividades didáticas entre outros, trabalhando a expressão escrita e a criatividade.</p>	<p>Caminhada em Trilha e Montanhismo em Unidades de Conservação - 45 h 3. Indagações Ecológicas no Ambiente Escolar: Aprendizagem e Ensino 45 h 4. Fisiologia para o Ensino Médio 45 h 5. Biologia Molecular para a Licenciatura - 45 horas 6. Atividades Teórico-Práticas em Ensino de Biologia (200 h)</p>
<p><b>Organização curricular (núcleos de estudo)</b></p>	<p><b>Obrigatórias: a partir do 4º ano</b> 1. Introdução aos Estudos da Educação 2. Política e Organização da Educação Brasileira 3. Estágio Curricular em Licenciatura 4. Atividades Acadêmico-Científico-Culturais 5. Didática 6. Psicologia da Educação I 7. Psicologia da Educação II 8. Comunicação e Educação 9. Instrumentação para o Ensino de Ciências Biológicas 10. Metodologia do Ensino em Ciências Biológicas I 11. Metodologia do Ensino em Ciências Biológicas II</p> <p><b>Optativas:</b> 1. As relações Ciência, Tecnologia, Sociedade e Ambiente e a formação docente.</p>	<p><b>Obrigatórias: a partir do 7º semestre</b> 1. Política e Organização da Educação Básica no Brasil 2. Educação Especial, Educação de Surdos, Língua Brasileira de Sinais 3. Didática 4. Metodologia do Ensino de Ciências Biológicas I 5. Metodologia do Ensino de Ciências Biológicas II 6. Atividades Teórico-Práticas em Ensino de Biologia 7. Estágio Supervisionado em Ensino de Biologia 8. Estágio com Pesquisa em Ensino de Biologia</p> <p>OBS: É MAIS UMA DISCIPLINA A ESCOLHA DO ALUNO NA QUAL SE INSEREM PRÁTICAS ESCOLARES E PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO.</p> <p><b>Optativas – EIXOS TEMÁTICOS (subdivididos pela autora):</b> 1. Estudos da Educação 2. Ensino de Ciências e Biologia na Educação Básica ensino médio e Educação Básica 3. Educação Ambiental</p>
<p><b>ESPECIFICIDADE</b></p>	<p>A Licenciatura deve ser cursada de forma concomitante ao Bacharelado. Os alunos ingressam pelo Vestibular da FUVEST no curso de Ciências Biológicas e, ao ingressarem, podem optar por cursar também a Licenciatura.</p>	

Fonte: elaborado pela autora (2017).

Ao abordar cursos de licenciatura que permeiam nas mais diversas universidades públicas do estado de São Paulo, é habitual observar distinções entre currículos e propostas pedagógicas. Desta forma, versaremos na comparação entre



os PPC dos cursos de Ciências Biológicas da USP de São Paulo e Piracicaba, ambos do período noturno, destacando os principais elementos constituintes.

Se tratando da unidade de Piracicaba, o curso tem duração de 10 semestres, enquanto a unidade de São Paulo conta com 12 semestres (6 anos) para integração curricular. Analisando ambos PPC, nota-se que a principal diferenciação entre os currículos, se dá na Prática como Componente Curricular (Prática de Ensino), que consta na Resolução CNE/CP n.2 de 18 de fevereiro de 2002 como elemento obrigatório, sendo descrito distinto quanto ao estágio obrigatório, atribuindo-se assim, mais um elemento formador nos cursos de formação de professor.

No curso de cinco anos (Piracicaba), a Prática como Componente Curricular já está inserida dentro das disciplinas de conteúdo pedagógico, contemplando a prática como componente curricular no conjunto de seus créditos, não se diferenciando em créditos aula ou trabalho, atribuído especificamente por sua realização. Desta forma, as horas exigidas por lei são cumpridas de forma integrada com outras disciplinas, concentrando créditos e horas num período de 10 semestres.

Porém, no curso de São Paulo, as horas exigidas por lei de Prática como Componente Curricular encontra-se distribuídas em disciplinas específicas para o exercício. O currículo do curso traz duas disciplinas para integralização das horas de prática como componente curricular como obrigatórias: Fauna, Flora e Ambiente e Introdução ao Ensino da Biologia, ambas com carga horária de 45 horas. Como a Resolução exige 400 (quatrocentas) horas de prática como componente curricular, distribuídas ao longo do processo formativo, o restante é proposto como disciplinas optativas, onde o estudante tem a possibilidade de escolha das disciplinas a serem cursadas para cumprimento dos créditos.

A matriz curricular, que define os componentes obrigatórios da formação e a distribuição do tempo mínimo do curso de licenciatura, afirma que os cursos de licenciatura terão, cursos com duração de, no mínimo, 8 (oito) semestres ou 4 (quatro) anos, compreendendo:





I - 400 (quatrocentas) horas de prática como componente curricular, distribuídas ao longo do processo formativo;

II - 400 (quatrocentas) horas dedicadas ao estágio supervisionado, na área de formação e atuação na educação básica, contemplando também outras áreas específicas, se for o caso, conforme o projeto de curso da instituição.

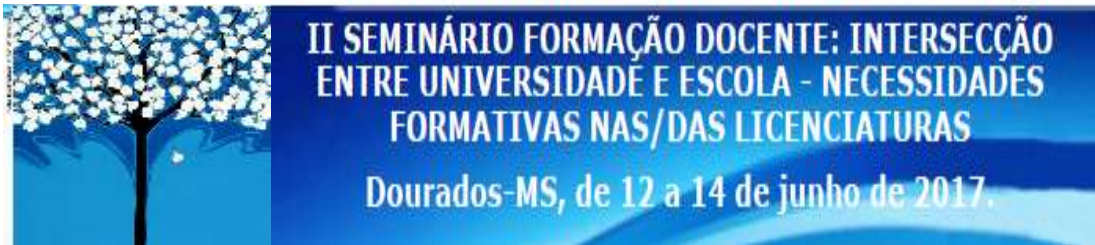
Sendo assim, apesar das discrepâncias entre os cursos da mesma instituição de ensino para cumprimento de Leis e Decretos, pode-se observar a partir do PPC dos respectivos cursos analisados, que ambos obedecem aos componentes obrigatórios da formação e a distribuição do tempo mínimo do curso de licenciatura.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Em cursos de licenciatura, o papel das disciplinas pedagógicas é o de oferecer ao estudante, base teórica interligada a prática educacional, buscando proporcionar ao aluno, meios de ensino-aprendizagem. Porém o que tem se visto, é que as disciplinas voltadas à formação docente em cursos de licenciatura se direcionaram mais para o preenchimento de horas no currículo do curso do que para os saberes necessários à formação docente e a importância deles para a formação do professor.

Ao mapearmos a oferta de licenciaturas em Ciências Biológicas por universidades públicas situadas no estado de São Paulo, localizamos um total de dois cursos na modalidade Licenciatura/Bacharelado ofertado pela USP, sete cursos na modalidade Licenciatura e um na modalidade Licenciatura/Bacharelado ofertados pela UNESP e um curso na modalidade Licenciatura ofertado pela UNICAMP. Deste levantamento, selecionamos as licenciaturas em Ciências Biológicas ofertadas pela USP para análise.

A análise dos dados nos permite concluir que os cursos de licenciatura oferecidos pela Universidade de São Paulo (USP) permanecem no conceito histórico falho da formação docente: o modelo 3 + 1, onde bacharéis tornam-se licenciados



com o cumprimento de cargas horárias extras, por meio da organização curricular, que determina as disciplinas de formação docente, o formato da prática como componente curricular e do estágio, necessários e obrigatórios para o aluno obter o diploma de licenciatura de acordo com a Resolução CNE n. 02, de 1º de julho de 2015, não havendo assim, qualquer articulação entre as disciplinas de formação específica e a formação pedagógica, resumindo-se ao preenchimento da carga horária exigida por lei.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm). Acesso em: 13/04/2017.

BRASIL. **Parecer CNE n. 28**, de 2 de outubro de 2001. Dá nova redação ao Parecer CNE/CP nº 21/2001, que estabelece a duração e carga horária dos cursos de formação de professores da educação básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/028.pdf>. Acesso em: 13/04/2017.

BRASIL. **Parecer CNE n. 9**, de 8 de Maio de 2001. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura de graduação plena. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/009.pdf>. Acesso em: 13/04/2017.

BRASIL. **Resolução CNE nº 01**, de 18 de fevereiro de 2002. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores de Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Disponível em <http://www.prograd.ufu.br/legislacoes/resolucao-cnecp-no-1-de-18-de-fevereiro-de-2002-diretrizes-curriculares-nacionais-para>. Acesso em: 13/04/2017.

BRASIL. **Resolução CNE n.02**, de 19 de fevereiro de 2002. Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CP022002.pdf>. Acesso em: 13/04/2017.

BRASIL. **Resolução CNE n. 02**, de 1º de julho de 2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de



GEPPEF

Grupo de Estudos e Pesquisa Políticas  
Educativas e Formação de Professores



## II SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE: INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA - NECESSIDADES FORMATIVAS NAS/DAS LICENCIATURAS

Dourados-MS, de 12 a 14 de junho de 2017.

licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Disponível em <http://www.prograd.ufu.br/legislacoes/resolucao-cnecp-no-02-de-01-de-julho-de-2015-diretrizes-curriculares-nacionais-para>. Acesso em: 13/04/2017.

CARVALHO, A. M. P.; VIANNA, D. M. A licenciatura em questão. **Ciência e Cultura**, v.40, p.143-147, 1988.

CARVALHO, A.M.P. Mudanças curriculares: é esta a solução? In: **Reunião Latino-Americana de Ensino de Física**, Gramado. 1992. Atas. [S.l.:s.n.].

CASTRO, C. M. Desventuras do ensino médio e seus desencontros com o profissionalizante. In: VELOSO, F.; PESSÔA, S.; HENRIQUES, R.; GIAMBIAGI, F. (Orgs.). **Educação básica no Brasil: construindo o país do futuro**. 1ed. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2009. p. 145-169.

CHAVES, T. M. V.; MORSCHBACHER M.; TERRAZZAN E. A. Formação pedagógica em cursos de licenciatura: um levantamento sobre as produções acadêmico-científicas do Brasil. **Revista Temas em Educação**, v.23, p. 117-128, 2014.

DIAS-DA-SILVA, M. H. G. F. Política de formação de professores no Brasil: as ciladas da reestruturação das licenciaturas. **Perspectiva**, v. 23, p. 381-406, 2005.

DINIZ-PEREIRA, J. E. A construção do campo da pesquisa sobre formação de professores. **Educação e Contemporaneidade**, v. 22, p. 000-000, 2013a

DINIZ-PEREIRA, J. E. A situação atual dos cursos de licenciatura no Brasil frente à hegemonia da educação mercantil e empresarial. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 9, p. 273-280, 2015.

DINIZ-PEREIRA, J. E. Prioridades, metas, estratégias e ações para a valorização e a formação do profissional da educação. In: PINO, I. R.; ZAN, D. D. P. (orgs.). **Plano Nacional da Educação (PNE): Questões desafiadoras e embates emblemáticos**. Brasília: INEP, 2013b.

GARCIA, M. M. A. Textos e Contextos na Reforma das Licenciaturas: o caso da UFPel. **Educação & Realidade**. v.35, p.229-252, 2010.

GATTI, B. A. Formação de professores no Brasil: características e problemas. **Educação & Sociedade**, vol. 31, p. 1355-1379, 2010.

GATTI, B. A.; NUNES, M. M. R. Formação de professores para o ensino fundamental: estudo de currículos das licenciaturas em pedagogia, língua portuguesa, matemática e ciências biológicas. 1ed. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2009.

GIL, D., CARVALHO, A.M.P. **Tendencias y experiencias innovadoras en la formacion del profesorado de Ciencias**. 1ed. Madrid: Organización de Estados Iberoamericanos para la Educación, la Ciencia y la Cultura. 1992



GEPPEF

Grupo de Estudos e Pesquisa Políticas  
Eduacionais e Formação de Professores



LOPES, R. P. Da licenciatura à sala de aula: o processo de aprender a ensinar em tempos e espaços variados. **Educar**. 1ed. Curitiba: Editora UFPR, 2010. p. 163-179.

MELLO, G. N. de. et al. As atuais condições de formação do professor de 1º grau: algumas reflexões e hipóteses de investigação. **Em Aberto**, Brasília, v. 1, p. 1-11, 1982.

PEREIRA, J. E. D. As licenciaturas e as novas políticas educacionais para a formação docente. **Educação & Sociedade**, v. 68, p. 109-125, 1999.

SANTOS, L. L. C. P.; DINIZ-PEREIRA, J. E. Tentativas de padronização do Currículo e da Formação de Professores no Brasil. **Cad. Cedes**, v. 36, p. 281-300, 2016.



GEPPEF

Grupo de Estudos e Pesquisa Políticas  
Educação e Formação de Professores